

### **Alienação na pesquisa e na avaliação da pós-graduação**

O processo de alienação não atinge apenas a pesquisa. Ameaça a pós-graduação sob vários aspectos. Basta atentar para o sentido perigosamente alienante implícito nos critérios e nos mecanismos de avaliação dos cursos dos quais decorrem as mais diversas formas de apoio, direto ou indireto, inclusive financeiro.

O exemplo mais gritante é o de não se avaliarem os cursos em função do êxito de seus egressos, ou seja, do cumprimento real dos objetivos para os quais foram criados. É o que ocorreu quando o nosso Instituto listou as realizações objetivas — notadamente concursos — dos seus ex-alunos e obteve como informação que esse critério não seria aplicável porque são pouquíssimos os cursos que dispõem já desses resultados (sic). Logo, ao invés de se usarem como paradigma as condições de funcionamento dos cursos que já haviam alcançado esse êxito, foram estes submetidos a uma série de exigências formais cujos resultados no porvir ninguém ainda pode prever. Exatamente o inverso do que qualquer bom pesquisador recomenda que se faça.

É por esta razão que as avaliações oficiais vêm gerando não apenas descontentamento. Em muitos casos, não há qualquer relação entre o crédito publicamente atribuído pela comunidade às instituições e as “letras” atribuídas aos seus cursos. Por quê? Evidentemente, tanto os critérios quanto a subjetividade exagerada dos julgamentos (que pecam, por sua vez, por falta de neutralidade e isenção) estão, mais uma vez, comprometidos com um considerável grau de alienação.

Basicamente há dois caminhos para se avaliar qualquer tipo de desempenho:

- pelos resultados, produtos, fins atingidos, ou seja, pela eficácia;
- pelas atividades-meio, pelos instrumentos, pelo esforço realizado, ou seja, pela eficiência.

No entanto, somente o primeiro tem validade. O segundo tem mero sentido de fiscalização disciplinar interna para garantir o máximo empenho dos subordinados e da estrutura engajada, na esperança de se alcançarem por esse meio os resultados desejados.

Obviamente, só a avaliação dos resultados tem sentido interinstitucional.

A avaliação dos meios é um problema intra-institucional, uma vez que pode chegar a se tornar uma intrusão temerária querer ensinar a instituições de peso e renome e a escolas de larga experiência como devem programar seus

curso e administrar seus recursos. Mormente porque nem sempre quem avalia tem conhecimento real da situação interior de uma instituição ou até nível de competência equivalente para formular tais juízos.

É óbvio que se trata de um significativo resíduo do autoritarismo: enquanto se prega a autonomia dos estabelecimentos de ensino superior, pratica-se, a nível de pós-graduação, uma descabida intromissão em sua área de planejamento e execução.

É este o tipo de julgamento que, paradoxalmente, é realizado como prioritário, através das avaliações oficiais.

Paradoxalmente porque, como pesquisadores, todos só acreditamos em critério externo, com dados empíricos intersubjetivos e, no entanto, avalia-se aqui pela instrumentação, que como todos sabemos nada pode assegurar, nem sua própria validade interna.

Até mesmo os princípios em que se funda esse critério, tal como a excelência de exogenia, da dedicação exclusiva, da superioridade de uma titulação formal frente à tarimba, são por enquanto suposições transformadas em dogmas que precisariam ser submetidas a verificações realistas ao longo de seqüências históricas e à luz de resultados comparáveis. Cremos, aliás, que cada um desses critérios específicos mereça uma crítica mais detalhada que tentaremos desenvolver a seguir.

A "endogenia" — ou seja, a maior quantidade de pesquisadores com formação comum na instituição — vem sendo avaliada em princípio como fator negativo. No entanto, a história nos mostra que quando uma instituição chega a tornar-se uma escola, capaz de criar sua própria tradição de pesquisa, constitui-se como um autêntico pólo de irradiação de conhecimentos capaz de gerar seus próprios especialistas.

Quando se admite que é indispensável o advento de formados por outras instituições, implicitamente se está supondo um grau de inépcia e fragilidade da instituição considerada. Obviamente isto não quer dizer que vozes externas não possam, por vezes (e não sempre), trazer conhecimentos produtivos; mas como hoje o saber não depende mais de tradição oral, qualquer nova informação científica ou técnica se torna acessível pela circulação da palavra escrita através de todo o planeta.

Precisaria então realizar-se um estudo de acompanhamento dos resultados comparáveis de diversos tipos de instituições no país, antes de se decretar uma norma como válida aprioristicamente.

O mesmo tipo de acompanhamento deveria permitir avaliar os frutos da dedicação exclusiva.

Primeiramente, cabe definir o que realmente é que significa.

Nenhum docente poderia dedicar à atuação didática a totalidade de seu tempo de trabalho, e se isto ocorresse, poderia parecer até absurdo. De que modo poderia ele se atualizar e evoluir? Obviamente o progresso cultural, técnico e científico exige em primeiro lugar um grande número de horas dedicadas à leitura, à coleta de informações. Em segundo lugar, salvo poucas áreas essencialmente especulativas, poderá exigir também outro tipo de atuação. Essa atividade, em alguns casos, será exclusivamente a de pesquisa. Mas há muitos campos — a maioria talvez — em que a atuação profissional deverá ser realizada em âmbitos os mais diversos da comunidade. A atuação hospitalar, clínica, cirúrgica ou o contato com o paciente são condições que asseguram o crescimento técnico-

científico do mais alto nível na área médica. Da mesma forma, a atuação forense, no âmbito do direito; e no caso da psicologia, diversas modalidades de experiência prática e técnica em termos de clínica, trabalho ou educação permitem um verdadeiro salto de escala, quer para o magistério, quer para a pesquisa. Se há exceções, elas confirmam esta regra (o que, aliás, poderia por sua vez ser submetido a verificação empírica).

Estas três formas de atividade — atualização bibliográfica, pesquisa empírica e atividade profissional — deveriam levar-nos a uma reavaliação deste segundo dogma — da excelência da dedicação exclusiva — em vários aspectos.

Em primeiro lugar, porque se não é possível uma dedicação exclusiva em relação ao aluno, só poderá haver em relação a uma instituição. Mas nesse caso caberia perguntar: “Seria sempre desejável?” Se o professor precisa ter atividades profissionais correlatas, como nos exemplos citados, essa exclusividade seria impraticável. Restam casos de total dedicação à pesquisa. Parece-nos que também nesta hipótese seria preciso avaliar cada situação especificamente, uma vez que a atuação em mais de uma instituição não acarreta, em princípio, prejuízos; em alguns casos, pode até haver vantagens para as instituições a partir do intercâmbio que os pesquisadores vierem a trazer interinstitucionalmente. Note-se que se o trabalho em mais de uma instituição for realizado mediante convênio, tal fato é considerado positivo pelas avaliações oficiais. Ocorre que em muitos casos, mesmo sem essa formalização, a atuação interinstitucional pode trazer os mesmos intercâmbios benéficos.

A este respeito, convém lembrar que, freqüentemente, do ponto de vista da distribuição de atividades, em termos técnicos, o mesmo desdobramento de tarefas poderia ocorrer dentro da mesma instituição em atividades paralelas, o que não seria considerado negativo, mas do ponto de vista da dedicação didática representaria uma situação idêntica.

Destaque-se também aqui, de passagem, que as avaliações oficiais atingem as atividades exercidas em mais de uma instituição, mas não as que venham a ser exercidas paralelamente em termos particulares porque escapariam ao seu controle.

Prescindindo mesmo da situação salarial que tem obrigado, em muitas regiões do país, os docentes a complementarem salários insuficientes com mais de um emprego (o que, em outras regiões, pode ser feito mediante atuação como profissional liberal fora do controle dos órgãos de avaliação ou até beneficiando-se de salários especiais de certas fundações privilegiadas), o ponto crucial da dedicação exclusiva é contestável em termos que parecem contradizer a tese da endogenia. Cremos que a tentativa de circunscrever os recursos humanos disponíveis quando escasseiam precisaria ser reavaliada. De fato, quando não se dispõe ainda de número suficiente de especialistas para formar mais de um curso de pós-graduação em uma metrópole, como é o caso do Rio de Janeiro (e talvez o de São Paulo), torna-se imperioso intercambiar os portadores desse grau de qualificação. Basta refletir que, se todas as instituições exigissem uma dedicação exclusiva retirando para sua origem os seus próprios especialistas, isto acarretaria um provável esvaziamento de todos os cursos. Na prática, o que ocorre é um enriquecimento recíproco. Basta pensar que não prejudicou a Universidade de Paris o fato de Jean Piaget ser também professor em Genebra. Este exemplo, colhido no mais alto nível, poderia talvez induzir-nos a uma reflexão: a dedicação exclusiva parece ser muito mais importante no escalão intermediário.

*Acima de um certo estágio, a experiência de muitos anos de vida, carreira, leitura poderá ser tanto mais aproveitada quanto mais distribuída. É até um critério de “produtividade” entendida em toda sua extensão social. Note-se que, enquanto as avaliações oficiais da pós-graduação se preocupam em elevar o quociente professor-aluno próximo da unidade, as críticas que se movem às universidades públicas são (ainda que sem razão) formuladas em sentido inverso.*

*É um fato que, se cada cidadão produzir em dobro, o resultado coletivo será incrementado; se cada professor atender e orientar maior número de alunos e projetos, também haverá resultados de maior vulto para todos. Principalmente quando se trate de pessoa experiente que poderia multiplicar suas supervisões em função do seu conhecimento. Evidentemente, até um limite: até o ponto em que a quantidade não comprometa a qualidade. Mas esse limite varia muito e de acordo com a capacidade de trabalho de cada um. E esse controle da qualidade compete às instituições ciosas em preservar o significado de seu trabalho em função de sua própria identidade científica e histórica.*

*Cabe, finalmente, analisar o caráter alienante com que se avalia em certas facetas a titulação dos docentes.*

*Ainda que uma titulação mínima se imponha — no caso da pós-graduação stricto sensu, o doutorado — precisa sempre lembrar que a verdadeira titulação depende dos anos de carreira, da experiência acumulada, das realizações técnicas, dos concursos, da produção científica de toda uma vida e não de alguns meses. Parece, pois, inadequado avaliar no mesmo plano quem acaba de obter um título e os que se encontram num degrau bem mais adiantado de realizações.*

*Tal fato merece destaque, uma vez que a avaliação da titulação exprime freqüentemente uma dupla ambigüidade relacionada com uma desvalorização tácita do que se realiza no país, por um lado, e por outro, com a sobrevalorização dos aspectos puramente formais da titulação.*

*Quanto à desvalorização do que se realiza no país, o exemplo mais gritante é a própria “pós-graduação”, tal como foi implantada. Implicitamente, resolveu-se degradar os nossos cursos de graduação, rebaixando-os, ao nível do undergraduate norte-americano. Isto é evidente porque quem já é graduado no país, se for estudar nos EUA, será aceito em condições de igualdade com um bachelor e deverá, portanto, repetir sua graduação: os cursos de master e Ph.D são os que graduam, naquele país, os que fornecem a habilitação (basta uma análise da regulamentação da profissão de psicólogo nos EUA, que exige o doutorado para quase todos os estados, sendo o mestrado aceito só em alguns). Então se o bachelor é um curso propedêutico, um equivalente aos nossos ciclos básicos, o que se deveria ter feito no passado seria reforçar diretamente os ciclos profissionais, buscando equipará-los ao nível dos melhores graduate courses, uma vez que os nossos cursos de graduação, quer pelos objetivos, quer pelos efeitos legais, correspondem aos doutorados europeus e norte-americanos. O que se poderia discutir é se o nível de qualidade é correspondente (notando-se que há muita variação nas universidades do exterior).*

*Este é um fato banal que todos os egressos de cursos no exterior conhecem bem e que, no entanto, vem sendo encoberto por um tácito e paradoxal consenso generalizado. Assim, aos olhos de quem desconhece o problema, pode surgir um estranho modo de julgar: pode supor que um excelente e famoso médico brasileiro seja apenas um “graduado”, enquanto um recém-formado nos*

*EUA seja um doctor. Obviamente porque o doutorado, quer nos EUA, quer na Europa, é a própria conclusão obrigatória do curso que habilita a exercer a profissão de médico. E analogamente a de psicólogo e da maioria de profissões de nível superior, visto que o undergraduate — salvo algumas áreas operacionais de tecnologia — constitui apenas o acesso preparatório aos cursos de graduação (master e Ph.D).*

*Esta ambigüidade acarreta várias conseqüências, sendo a primeira a sobrevalorização dos títulos do exterior: quem volta, mesmo sem ter feito ainda qualquer carreira, não é mais percebido como um recém-graduado. Há um salto milagroso, no melhor estilo colonialista, pelo qual o título vale por si e por muitos anos de carreira.*

*Não se pretende em absoluto com esta afirmação diminuir o valor de um curso no exterior, onde freqüentemente (mas não sempre) as exigências de estudo podem ser muito elevadas. O que é indispensável é repensar a falsa equiparação das nossas graduações aos cursos undergraduate e, conseqüentemente, dos nossos mestrados e doutorados aos graduate courses norte-americanos ou aos doutorados europeus. Bastaria uma análise dos currículos para compreender a profunda divergência. Os nossos cursos de pós-graduação representam as especializações acima de graduação e não réplica da graduação.*

*A rigor, as nossas modalidades de pós-graduação correspondem — como estrutura e objetivos — a um estágio distinto e superior: trata-se de cursos de especialização para qualificar docentes e pesquisadores (uma “didática” sui generis para o magistério superior) — quando se trata de pós-graduação stricto sensu — e uma especialização tecnológica pós-universitária quando se trata do lato sensu.*

*O ponto-chave da diferença é que o master e o Ph.D ou o doutorado europeu antecedem a profissionalização: são pré-requisitos para a profissionalização e não vice-versa, como ocorre na nossa pós-graduação.*

*Finalmente, quando se pretende sobrevalorizar o que se faz no exterior, é preciso lembrar que, nos países mais desenvolvidos, os títulos formais não têm o mesmo valor que os de carreira, considerada fundamental.*

*Perante tal fato, se torna sem sentido uma dúvida já suscitada acerca do valor a ser atribuído à docência-livre. Esta é, na realidade, um título que exige carreira prévia, tal como um concurso para professor titular.*

*Existem na Europa modelos semelhantes — à parte maior dificuldade qualitativa envolvida — com o mesmo objetivo: o doctorat d'État na França é um exemplo do mais alto nível (e que não se deve confundir com doctorat 3<sup>ème</sup> cycle).*

*Que se pretenda, portanto, revigorar e reforçar em muitos casos o nível qualitativo dos nossos concursos é desejável, mas não se justifica desconhecer o salto entre títulos de estudo e títulos de carreira.*

*A este respeito, precisaríamos estar alerta para o perigo de se reeditar uma nova forma de “bacharelismo” dos velhos tempos em que o lado formal da titulação passe a ter um peso muito superior ao lado substancial da experiência e das realizações profissionais.*

*Em síntese, caberia repensar radicalmente critérios e mecanismos das avaliações oficiais. Especialmente quando há urgência de se abandonarem os critérios de “eficiência”. Vale lembrar que no giro de poucos anos os cursos vão dando seus frutos. São então os egressos e as respectivas realizações que deve-*

*riam ser avaliados. Este é, aliás, o único critério de realidade que como pesquisadores deveríamos poder aceitar: verificar como e em que medida os objetivos de cada curso foram atingidos.*

*Conceda-se então um crédito de confiança às instituições que por suas realizações anteriores o mereçam e espere-se para atribuir as famosas "letras", que em muitos casos chegam a tornar-se uma forma de denegrir e estigmatizar injustamente instituições que, por sua história, por seu valor e por seu nível, não o merecem.*

FRANCO LO PRESTI SEMINÉRIO